

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: CENÁRIOS E DILEMAS EM MUNICÍPIOS BAIANOS

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC OF COVID-19: SCENARIOS AND DILEMMAS IN THE MUNICIPALITY OF BAHIA

LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS (EJA) EN EL CONTEXTO DE LA PANDEMIA DE COVID-19: ESCENARIOS Y DILEMAS EN LOS MUNICIPIOS DE BAHIA

Adenilson Souza Cunha Júniorⁱ 

Kergileda Ambrósio de Oliveira Mateusⁱⁱ 

Marileide Moutinho Pomponet Limaⁱⁱⁱ 

Mônica Clementino de Menezes^{iv} 

Solange Balisa Costa^v 

Resumo: No intento de analisar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da pandemia de Covid-19, este artigo reúne algumas reflexões sobre o funcionamento desta modalidade de ensino em três municípios localizados no Estado da Bahia: Bom Jesus da Lapa, Itapetinga e Porto Seguro. A partir da análise de documentos, correlacionados com outras fontes, apresentamos inicialmente algumas concepções sobre a EJA e em seguida as ações que vem sendo desenvolvidas nesta área da educação no período da crise sanitária. O texto evidencia, a partir da análise dos três municípios que mencionamos, que as condições para o funcionamento da EJA encontra-se comprometida por questões políticas e pedagógicas. A suspensão das aulas presenciais se apresenta, portanto, como um grande desafio para esta área da educação, uma vez que além da ausência uma proposta sistematizada e efetiva por parte dos municípios, limitações de outras naturezas incidem diretamente sobre os sujeitos da modalidade.

Abstract: In an attempt to analyze Youth and Adult Education in the context of the Covid-19 pandemic, this article brings together some reflections on the functioning of this teaching modality in three municipalities located in the State of Bahia: Bom Jesus da Lapa, Itapetinga and Porto Seguro. From the analysis of documents, correlated with other sources, we initially present some conceptions about EJA and then the actions that have been developed in this area of education in the period of the health crisis. The text shows, from the analysis of the three municipalities that we mentioned, that the conditions for the functioning of EJA are compromised by political and pedagogical issues. The suspension of classes presents itself, therefore, as a major challenge for this area of education, since in addition to the absence of a systematic and effective proposal by the municipalities, limitations of other types directly affect the subjects of the modality.

Resumen: En un intento de analizar la Educación de Jóvenes y adultos (EJA) en el contexto de la pandemia Covid-19, este artículo reúne algunas reflexiones sobre el funcionamiento de esta modalidad de enseñanza en tres municipios ubicados en el Estado de Bahía: Bom Jesus da Lapa, Itapetinga y Puerto seguro. A partir del análisis de documentos, correlacionados con otras fuentes, se presentan inicialmente algunas concepciones sobre EJA y luego las acciones que se han desarrollado en esta área de la educación en el período de crisis de salud. El texto muestra, a partir del análisis de los tres municipios que mencionamos, que las condiciones para el funcionamiento de la EJA están comprometidas por cuestiones políticas y pedagógicas. La suspensión de las clases presenciales se presenta, por tanto, como un gran desafío para esta área de la educación, ya que

además de la ausencia de una propuesta sistemática y efectiva por parte de los municipios, limitaciones de otro tipo afectan directamente a los sujetos de la modalidad.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Pandemia de Covid-19; Ensino Remoto.

Keywords: Youth and Adult Education; Covid-19; Remote Teaching.

Palabras claves: Educación de Jóvenes y adultos (EJA); COVID-19; Enseñanza remota.

INTRODUÇÃO

O surgimento de uma crise sanitária em Wuhan, na China, em dezembro de 2019 e que tomou proporções mundiais nos meses seguintes, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar em 11 de março de 2020 que o mundo estava imerso em uma pandemia provocada por um vírus potencialmente letal para os seres humanos. Um novo coronavírus (SARS-CoV-2), que provoca a doença denominada COVID-19, passou a se espalhar rapidamente em todos os continentes, provocando desdobramentos incalculáveis em todas as esferas da vida humana.

O isolamento social, medida recomendada pelas agências de saúde para conter a propagação do vírus, levou o fechamento de milhares de estabelecimentos em todo mundo, entre eles as instituições de ensino. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), um mês após a declaração da pandemia cerca de 90% de estudantes matriculados no mundo estavam sem aulas.

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) autorizou, em março de 2020, a suspensão das atividades presenciais de ensino em todas as instituições integrantes do sistema federal de educação, situação que também ocorreu no âmbito dos estados e municípios. A partir deste cenário, a legislação educacional brasileira passou a ser constantemente modificada.

Para avançar no combate a crise sanitária, ou adequar-se ao contexto de sua incidência, Leis, decretos, resoluções, portarias entre outros normativos de regulamentação vêm sendo alterados para embasar as tomadas de decisões por parte dos agentes públicos.

No que se refere à legislação educacional, a primeira medida tomada pelo governo federal ocorreu em 17 de março de 2020, através da Portaria N.º 343 do Ministério da Educação, que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por meios digitais (Brasil, 2020a). Em seguida, já em 1º de abril de 2020 o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória n.º 934 estabelecendo normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência. (BRASIL, 2020b)

Ainda no âmbito de competência da União, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou em 28 de abril de 2020 o parecer N.º 05/2020, que trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19 (BRASIL, 2020c).

A partir destes documentos, os Conselhos Municipais e Estaduais de Educação passaram a analisar e discutir medidas a serem adotadas em suas jurisdições, objetivando adequar às suas realidades.

No estado da Bahia, o Conselho Estadual de Educação (CEE) publicou em 25 de março de 2020 a Resolução N.º 27, primeiro documento que orienta o sistema estadual de ensino sobre o desenvolvimento das atividades escolares durante o período de suspensão das atividades presenciais. Em 18 de maio de 2020 o CEE através da Resolução N.º 37 publica novo ordenamento, dispondo sobre novas normas complementares à resolução anterior.

No âmbito dos municípios, os Conselhos Municipais de Educação (CME) também passaram a elaborar normativas no âmbito de suas competências. Assim, sistemas e redes de ensino público e privado, gestores escolares, coordenadores, professores e outros agentes educacionais começaram buscar meios alternativos para que as atividades escolares possam ser parcialmente desenvolvidas, seja através do ensino remoto ou por outras possibilidades que possam atenuar os efeitos da pandemia na educação escolar.

No cenário da pandemia de Covid-19, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se apresenta como uma das modalidades de ensino mais vulneráveis pela interrupção das atividades escolares. Formada quase em sua totalidade por estudantes que já possuem histórico de exclusão educacional, esse campo da educação que é marcado pela negligência dos governos vê-se ainda mais agravado, gerando um grande desafio para os sistemas de ensino.

No intento de analisar a EJA no contexto da pandemia de Covid-19, este artigo reúne algumas reflexões sobre o funcionamento desta modalidade de ensino em três municípios localizados no Estado da Bahia: Bom Jesus da Lapa, Itapetinga e Porto Seguro. A razão pela qual se tomou como referência esses municípios para este estudo deve-se ao fato dos pesquisadores já estarem conduzindo outras pesquisas no campo da EJA nas três cidades.

A partir da análise de documentos, correlacionados com outras fontes, apresentamos inicialmente algumas concepções sobre a EJA e em seguida as ações que vem sendo desenvolvidas nesta área da educação no período da crise sanitária.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANTIGAS QUESTÕES, NOVOS DILEMAS

A EJA tem se configurado historicamente dentro de um campo complexo da educação, marcado por uma ampla diversidade no que se refere aos espaços e sujeitos atendidos por essa modalidade de ensino. Entretanto, quando nos referimos a esse campo, a característica convergente entre esses sujeitos tão diversos, diz respeito a sua classe social.

Quando nos reportamos a EJA, tratamos dos homens e mulheres proletários, daqueles e daquelas que experienciam/experienciaram a exclusão social em seus diversos aspectos, mas, prioritariamente, quanto a negação de direitos e dentre eles, as condições de acesso e permanência nos espaços escolares.

Dentro dessa configuração, aos que trabalham com a EJA, inúmeros são os desafios a serem enfrentados e que permanecem como um horizonte a ser conquistado: a permanência desses homens e mulheres trabalhadores nesses espaços; a compreensão de quem são esses sujeitos e as suas necessidades educativas; estabelecer relações entre os saberes que esses alunos e alunas já trazem, adquiridos nas suas trajetórias e os conhecimentos a serem adquiridos no seu percurso educativo; a promoção de uma aprendizagem que configure maior participação destes no contexto social onde vivem, representando assim a sua inclusão e autonomia em ações cotidianas que requerem conhecimentos sistematizados e cada vez mais diversos em suas codificações.

Aos alunos e alunas que frequentam as turmas de EJA, os desafios são ainda mais amplos e complexos. Lutar para fazer deste espaço um lugar onde possa conviver, aprender e participar, onde consiga pertencer, e de onde historicamente esteve excluído; encontrar forças para vencer as adversidades cotidianas do cansaço físico e mental; resgatar em si mesmos a crença de que podem aprender, mesmo que o dia-a-dia no processo de aprendizagem lhes indique que não são capazes; vencer as diferenças culturais, linguísticas e sociais que são verdadeiros abismos entre sua realidade existencial e os espaços educativos; travar batalhas constantes para assegurar o seu direito de ter escola, de estar e permanecer nela; superar preconceitos sobre a sua capacidade de aprender e ensinar; construir o hoje como seu tempo de aprendizagem mesmo que outros afirmem que seu tempo de aprender encontra-se no passado; acreditar na sua potencialidade e na esperança de apreender saberes complexos e assim, se sentirem mais confiantes em participar efetivamente das

decisões sobre si mesmos e seu contexto social, cultural e político; se perceberem como sujeitos inacabados e portanto sempre aptos a aprender e a ensinar e, dentro desse processo, de construir e transformar o mundo.

No percurso educativo dos jovens e adultos desse segmento, as questões relacionadas ao uso das diversas tecnologias e seus códigos, configura-se como mais um desafio para a superação da exclusão desses sujeitos de um contexto social onde, cada vez mais, o uso das linguagens tecnológicas estão presentes nos nossos cotidianos. Agregar mais esse desafio em um percurso marcado por desistências, frustrações, perdas e traumas, nos move para a busca de interlocuções com aqueles e aquelas envolvidos nesse campo, por meio de investigações que nos possibilitem desvelar seus interesses e necessidades quanto ao ensinar/aprender novos e outros conhecimentos.

Destacamos que, para além da apropriação de saberes, devemos trabalhar com a formação crítica dos envolvidos no processo, pois, tomando como exemplo as linguagens tecnológicas e as narrativas produzidas nas mídias sociais, vemos, muitas vezes, o uso dessas ferramentas para a disseminação da opressão e da produção de um olhar sobre o mundo e a vida que aprofunda as desigualdades e produz desumanizações. Concordamos com Freire quando este argumenta,

Não se aprende o objeto se não se apreende sua razão de ser. Não é por outra razão que a pura memorização mecânica do perfil do objeto não constitui conhecimento cabal do objeto. Daí que, na experiência cognitiva verdadeira, a memorização do conhecimento se constitua no ato mesmo de sua produção. É apreendendo a razão de ser do objeto que eu produzo o conhecimento sobre ele (FREIRE, 2000, p. 103).

Dentro dessa perspectiva, torna-se fundamental uma prática pedagógica comprometida ética, política e esteticamente com a formação de sujeitos mais humanizados e que tenham consciência crítica sobre os seus fazeres no e com o mundo, de forma que sejam capazes de construir conhecimentos e utilizá-los para a transformação da sociedade, fazendo com que a mesma transite para um modelo menos hierárquico, excludente e injusto.

Em uma sociedade democrática e mais incluyente, acessar os saberes produzidos historicamente, é condição fundamental para maior participação nas decisões individuais e coletivas daqueles que a constitui, dessa maneira, destacamos o papel da educação como um importante meio para o acesso, apropriação e produção de conhecimentos. Assim, os espaços educativos e seus sujeitos, estão constantemente sendo desafiados a se reconfigurarem para atender a dinâmica histórica e demandas da sociedade onde estão inseridos. Nesse âmbito, tenciona-se a necessidade do trabalho com as diferentes

linguagens e a utilização das tecnologias no percurso educativo dos estudantes para que se possa garantir a possibilidade de acesso aos códigos que tem mediado as relações nas sociedades desse século.

No contexto da pandemia de Covid-19, os desafios a serem superados tornam-se ainda mais evidentes, visto que ainda não conseguimos promover políticas que possa garantir o total acesso, permanência e conclusão de estudos dos jovens e adultos dessa modalidade de ensino.

Construir políticas públicas que assegurem o acesso e permanência de alunos e alunas da EJA continua sendo o primeiro passo para a garantia de direitos constitucionais que ainda não se efetivaram. Por isso, defendemos que a educação de vocação cidadã precisa continuar na pauta da luta daqueles e daquelas comprometidos com a instauração de novos mundos.

Uma educação de vocação cidadã é uma educação política. É uma educação destinada a formar pessoas capazes de viverem a busca da realização plena de seus direitos humanos no mesmo processo de consciência crítica e de prática reflexiva com que se sentem convocadas ao dever cidadão de participarem, de maneira ativa, da construção dos mundos de sociedade e cultura de suas vidas cotidianas (BRANDÃO, 2017, p. 51).

Acontece que no cenário da pandemia de Covid-19 a EJA, que ainda encontra-se na tentativa de superar antigas questões como as que apresentamos aqui, se depara com novos dilemas que restringem ainda mais direitos, impedindo que esse campo da educação possa cumprir suas finalidades éticas, estéticas, políticas e, sobretudo crítica.

No próprio parecer CNE N.º 05/2020, ao contrário do que ocorreu para outras modalidades, não foram elaboradas orientações metodológicas nem sugestões para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na EJA durante o período na pandemia, assim como também não é mencionado explicitamente o ensino remoto como alternativa ao ensino presencial. O documento reforça apenas a necessidade de se observar a legislação da área (Parecer CNE/CEB n.º 11/2000, Resolução CNE/CEB n.º 1/2000, Resolução CNE/CEB n.º 3/2010).

Essa ausência de orientação metodológica reafirma a vulnerabilidade deste campo da educação: de um lado sujeitos que não possuem habilidades, por exemplo, com tecnologias e/ou nem mesmo possuem meios para acessá-las, de outro jovens e adultos desempregados ou que sofreram diretamente os impactos sociais do desemprego provocado pela retração econômica.

Novos dilemas surgem, portanto, no campo da EJA nesse contexto de crise sanitária. Em cada contexto, em cada cenário, em cada realidade essa modalidade de ensino apresenta grandes desafios para o presente e para o futuro.

CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS MUNICÍPIOS BAIANOS BOM JESUS DA LAPA

O município de Bom Jesus da Lapa está situado à margem direita do Rio São Francisco, na região centro-oeste da Bahia, a uma distância de 796 km da capital do estado. Na estimativa atual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município possui 69.148 habitantes (IBGE, 2019).

A Rede Municipal de Ensino do município, gerida pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), concentra maior parte de suas unidades escolares no campo, onde reside 67% de da população (IBGE, 2019). Atualmente a rede conta 57 unidades de ensino, 26 (08 creches e 18 escolas) localizadas na zona urbana e 31 na zona rural e, segundo o INEP (2019), 14.994 alunos encontram-se matriculados na rede municipal, sendo 9.078 matrículas da zona urbana e 5.519 na zona rural.

A oferta da EJA em Bom Jesus da Lapa iniciou-se na década de 90 sendo oferecida, *a priori*, pelo Estado nas escolas municipais. Somente a partir do ano 2000 é que essa modalidade ficou sob responsabilidade do município, que passou atender os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental tanto na cidade como no campo. Todavia, este segmento de ensino sempre enfrentou grandes problemas na rede municipal, seja pela grande evasão escolar, pela precariedade do ensino noturno no que se refere à dimensão pedagógica, quanto pelas condições de infraestrutura e administrativa, fatores que ocasionaram o fechamento de muitas unidades de ensino nos bairros da cidade.

É importante ressaltar que o público da EJA é bastante heterogêneo, composto jovens, adultos e idosos, alguns ainda não alfabetizados ou de baixa escolaridade, de baixa renda, afrodescendentes, quilombolas, populações do campo, população privada de liberdade, adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

Segundo dados do IBGE (2019), a taxa de analfabetismo de Bom Jesus da Lapa, na população acima de 15 anos, é de 18,66%, o que demonstra uma queda em comparação a pesquisa realizada no ano 2000, onde essa população representava 23,80%. Apesar do decréscimo, a persistência do analfabetismo no município torna difícil atingir a meta n.º 9 do Plano Nacional de Educação, que estabelece erradicar o analfabetismo até 2024.

Preocupada com esse quadro que vinha se agravando, a SEMED, ao confrontar os dados dos registros da Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social, verificou a existência de grande parte da população de adultos e idosos fora da escola. Como demonstra a tabela a seguir, apesar da queda de matrículas entre os anos de 2015 a 2018, há um acréscimo significativo das matrículas no ano de 2019.

Quadro 01: Número de matrículas da EJA – Rede Municipal

ANO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
MATRICULA	1.137	1.410	1.222	1.082	935	1.107	2.296	1.934

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Setor do Censo Escolar da SEMED. Março, 2020.

Isso se deve ao fato da implantação do Programa Alfabetiza Lapa: Estudar é essencial em qualquer idade, que passou atender os alunos da EJA I (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental, tendo como propósito trazer jovens e adultos que se encontravam fora da escola, sobretudo idosos, remanescentes do Programa Todos pela Alfabetização (TOPA) que não foram encaminhados para EJA.

O programa Alfabetiza Lapa tem como premissa fortalecer um conjunto de políticas voltadas especificamente para esses grupos sociais historicamente excluídos que não se beneficiaram da expansão do sistema educacional constatado nas últimas décadas. Além disso, era preciso uma proposta inovadora que pudesse oferecer condições de acesso e permanência àqueles que por algum motivo em sua trajetória de vida foram impedidos a usufruírem do direito a educação.

Nesse sentido, a SEDUC lançou algumas estratégias com base nas metas 9 e 10 do Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025), entre elas estratégias de cunho assistencialista, para os alunos que se matricularem e permanecerem frequentes teriam como bônus uma cesta alimentação mensal, assistência oftalmológica (consulta e óculos), Kit escolar com material didático e merenda na escola entre outras propostas que consta no Projeto.

O que chama atenção nessa iniciativa é que foram os próprios candidatos a obterem um contrato como professor alfabetizador que correram atrás das matrículas nos bairros da cidade e comunidades rurais, em parceria com o gestor de uma respectiva Unidade Escolar que também tinha interesse em atrair mais alunos para seu estabelecimento. O fato é que o programa trouxe mais 1.189 alunos para a rede de ensino, superando as expectativas propostas.

Ademais, as estratégias traçadas pela gestão não foram tão eficientes, apesar de serem cumpridas segundo a coordenação da SEMED em 70% do que consta no Projeto. Os dados comparativos dos resultados finais corroboram que o avanço foi pouco diante do esperado por diversos fatores que a gestão ainda precisa investigar a fim de fazer um replanejamento das ações pedagógicas, como se observa abaixo.

Quadro 02: Resultados finais dos alunos da EJA

ANO LETIVO	Aprovados	Evadidos	Conservados
2018	48%	46%	6%
2019	55%	41%	4%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Setor do Censo Escolar da SEMED. Março, 2020.

Para o ano de 2020 o Programa permanecia em andamento, porém ainda não haviam sido concluídas as matrículas para EJA quando as atividades escolares foram suspensas em 18 de março do ano corrente em virtude da pandemia da Covid-19.

Mediante a paralização das aulas presenciais, o ensino remoto foi pensado e planejado par ser implantado em todas as escolas da rede municipal. Para tanto, a equipe técnica da Secretaria de Educação elaborou o documento norteador denominado de Proposta para Enfrentamento Emergencial da Pandemia Covid-19: Ações Pedagógicas, operacionais e técnicas; Esse documento foi socializado e avaliado entre as coordenações e setores da Secretaria de Educação, mais especificamente com a coordenação pedagógica da SEMED. Posteriormente foi apresentado aos diretores escolares e coordenadores pedagógicos das unidades de ensino para que tivessem conhecimento da proposta e pudessem contribuir com a mesma.

A proposta aprovada pelo Conselho Municipal, objetivando minimizar os prejuízos decorrentes da suspensão das atividades presenciais apresenta como estratégia metodológica e didático-pedagógica a utilização dos estudos dirigidos. Conforme expresso na proposta, o estudo dirigido é um processo metodológico que procura desenvolver habilidades, hábitos independentes e criativos; busca sistematizar e consolidar conhecimentos, além de possibilitar aos estudantes a possibilidade de resolução de problemas, de forma livre e desenvolvendo meios próprios de aprendizagem (LIBANÊO, 1994). Nesse contexto, destacamos a importância do educador, pois o estudo dirigido, “pressupõe a diretividade por parte do professor, e que se fundamenta na atividade do

aluno e se efetiva na situação socioindividualizada em sala de aula ou fora dela, mas, sempre sob a direção do professor” (VEIGA 2011, p. 83).

O ensino remoto, segundo o que foi proposto, envolve toda equipe da escola (secretario escolar, corpo docente e pessoal de apoio) em especial os gestores escolares. A princípio, será solicitado dos professores um planejamento que deve contemplar conteúdos que possam ser trabalhados por meio da metodologia de estudos dirigidos, sem perder de vista os fundamentos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica, que é a concepção filosófica que norteia a educação municipal.

Por conseguinte, os professores deverão encaminhar, preferencialmente, por e-mail o planejamento semanal aos coordenadores pedagógicos. Esse planejamento deverá ser analisado e validado pelo coordenador da unidade de ensino que encaminhará os mesmos aos diretores escolares que os encaminharão à SEMED para análise, acompanhamento e arquivamento. Feito esse processo os professores encaminharão os estudos dirigidos aos coordenadores pedagógicos que após a validação serão entregues aos gestores das escolas para fazer a reprodução do material e realizar a entrega aos alunos. As atividades respondidas pelos alunos por meio dos estudos dirigidos deverão ser devolvidas na escola no ato da próxima entrega a fim de serem encaminhados aos seus respectivos professores para correção e registros dos resultados.

A proposta, que é voltada para o atendimento em todas as modalidades de ensino, também atende os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental matriculados na EJA. Contudo, considerando o total de 1.934 alunos matriculados em 2020, menos da metade estão sendo contemplados nessa proposta.

Por se tratar de um público que possui grades especificidades, maior parte formado por sujeitos que possuem responsabilidades domiciliares e/ou trabalham, nota-se uma certa fragilidade nesse atendimento, conforme uma avaliação parcial feita pela coordenação da EJA nas duas maiores escolas da sede que possui um total de 379 alunos.

Quadro 3: Número de alunos que retiraram os estudos dirigidos na escola.

UNIDADES DE ENSINO	ENTREGUES		DEVOLVIDOS	
	1º mês	2º mês	1º mês	2º mês
ESCOLA 1	80%	65%	75%	50%
ESCOLA 2	58%	42%	43%	31%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da coordenação Municipal da EJA em Bom Jesus da Lapa. Março, 2020.

A tabela acima representa uma amostragem de como está se sucedendo o ensino remoto das turmas da EJA. Verifica-se que no segundo mês poucos alunos foram buscar

seus estudos dirigidos. Segundo informação da Escola 1, os alunos ao irem devolver as atividades e pegar a próxima perguntavam pelos benefícios do ano anterior como a cesta alimentação, material pedagógico entre outros. De certa forma há um desestímulo dos estudantes nesse processo por fatores que ainda precisam ser investigados. Além disso, no final do segundo mês (maio) surgiram no município os primeiros casos da Covid-19, que logo se multiplicaram e o ensino remoto foi paralisado por 20 dias, com previsão de retorno apenas no final do mês de junho.

Diante dessa realidade pela qual atravessa o município em consequência da pandemia, a EJA mais uma vez caminha para o retrocesso, considerando o avanço do ano anterior.

ITAPETINGA

Itapetinga é o município pólo de referência do Território de Identidade do Médio Sudoeste¹ do Estado da Bahia. Sua população está estimada em 76.184 habitantes, segundo os dados do IBGE (2019). Uma de suas características geográficas mais marcantes é o fato de ser um dos municípios mais urbanizados da Bahia, com 97% de sua população residindo na área urbana e apenas 3% na área rural.

No que diz respeito aos aspectos educacionais da EJA no município, os dados elaborados pelo Laboratório de Dados Educacionais (UFPR, 2020), a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2010 a 2019 o número de matrículas realizadas entre os anos de 2010 e 2019 realizadas no município nos anos compreendidos entre 2010 a 2019 somaram 870 e 324 matrículas respectivamente, demonstrando que em quase uma década o número de matrículas nesta modalidade apresentou um decréscimo de aproximadamente 63%. Conforme aponta o quadro a seguir.

Quadro 04: Número de matrículas realizadas entre os anos de 2010 e 2019 no Município de Itapetinga-BA

2010								
Modalidade de ensino e Etapa	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 64 anos	+ 64 anos	Total
EJA - Ensino Fundamental	262	178	72	165	108	71	14	870

¹ A denominação de Território de Identidade foi implementada no ano de 2010, a partir do Decreto 12.354/2010, caracterizando o processo de regionalização do espaço baiano em 27 territórios, centrado nas especificidades locais, no que concerne ao desenvolvimento dos aspectos socioeconômicos e culturais (FLORES, 2015).

2019								
Modalidade de ensino e Etapa	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 64 anos	+ 64 anos	Total
EJA - Ensino Fundamental	65	82	16	70	39	45	07	324

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Laboratório de Dados Educacionais que utiliza microdados do Censo Escolar/INEP 2010, 2019. Março, 2020.

Um fator que chamou bastante a atenção no município de Itapetinga em quase uma década foi a expressa diferença na quantidade de matrículas realizadas entre os anos de 2010 e 2019, essa diferença soma uma redução percentual de 62% no número de alunos matriculados entre os anos pesquisados. Um indicador positivo nessa redução foi o avanço da taxa de escolarização bruta dos municípios do Território do Médio Sudoeste, que avançou de 89,2% para 96,2%, o que é ligeiramente inferior à média geral do estado (96,9%) e em Itapetinga esse avanço em quase uma década foi um aumento de na taxa de escolarização que hoje é de 98%.

O município de Itapetinga atualmente possui 42 escolas e 373 turmas na rede municipal de ensino, perfazendo um total de 11.000 estudantes. Do quantitativo mencionado 398 alunos estão matriculados na modalidade EJA, o município conta com 5 escolas e 11 turmas na modalidade citada.

Embora o CNE tenha aprovado a resolução N.º 05/2020, o segmento da EJA, que ao longo de sua história constitutiva ainda funciona de modo incipiente no seu desenvolvimento pleno, ficou ainda mais excluído em tempos de pandemia. Na legislação educacional proposta para tempos de pandemia e ações educativas emergenciais, vemos uma inequação ao entendimento de que a dinâmica educacional para EJA difere demasiadamente das dinâmicas das demais etapas. Para Gonçalves (2019), “A medida é “impensável”, por desconsiderar todas as especificidades e demandas da modalidade e seus sujeitos”, a autora conclui dizendo:

Mas ainda não conseguimos discutir um modelo de EaD que dê conta das demais modalidades de ensino, quem dirá para EJA. É colocar embaixo do tapete todas as demandas por educação e atendimento de qualidade para jovens e adultos” (GONÇALVES, 2019, p 03).

Em busca de alternativas para não comprometer o ano letivo em curso, as instituições de ensino da rede municipal vêm aderindo o ensino remoto como ferramenta metodológica para minimizar o impacto na suspensão das atividades escolares presenciais.

Embora a secretaria municipal de Educação de Itapetinga ainda não tenha elaborado uma proposta institucional, o ensino remoto tornou-se um dos principais recursos para dar continuidade as atividades escolares. Contudo, todo trabalho tem sido realizado com os alunos de forma experimental, sem nenhum tipo de planejamento e nem programação específica por parte da secretaria de educação. Os professores são os responsáveis diretos pelo planejamento e atividades das aulas, contato com os alunos, construção de vídeos, elaboração e aplicação de atividades remotas.

A secretaria municipal de educação tem informado a população que uma de suas ações com os estudantes tem sido a distribuição de kits merenda, além de incentivar os professores que de forma voluntária criassem grupos via aplicativos de mensagens e gravassem vídeos para serem transmitidos pelas redes sociais aos alunos sem cobrança de horário e dias de ensino, ficando definido em consenso entre professores e alunos a melhor forma desse contato virtual três vezes por semana. Até o presente momento, o município não apresentou aos educadores uma proposta de trabalho alternativa a suspensão das atividades presenciais e foi dado um recesso até o mês de julho, onde a secretaria volta com a proposta de novas metodologias de trabalho para os professores.

A partir da fala de coordenadores e professores da EJA, fomos informados que a secretaria de educação do município, na tentativa de adaptar a proposta com os alunos da EJA, sugeriu aos professores que criassem grupos via redes sociais, e fizessem propostas de ensino sem caráter avaliativo, objetivando provocar os alunos para a prática da leitura e produção textual, medida que também tem sido adotada com alunos de outras modalidades de ensino.

O município não dispõe de nenhum aplicativo e nem plataforma de ensino. Segundo informações coletadas na Secretaria de Educação do município, esse modelo de trabalho foi definido pelo conselho de crise, alegando que o município precisaria estar em contato com seu alunado, mas ao mesmo tempo não dispõe de receita para a implantação de uma proposta remota por meio de aplicativos e plataforma de ensino, uma vez que também, aumentaria exclusão social, pois, tal método de ensino, não incluiria todos os alunos, principalmente aos das camadas mais vulneráveis, que não possuem acesso à internet e nem condições para adquirir aparelhos adequados.

A coordenação da EJA no município alega que 60% das escolas da EJA, teve uma aceitação de 100% por partes dos professores em aceitar a proposta feita pela secretaria de educação, 35% tiveram cerca de 40% de professores que também aceitaram o desenvolvimento das atividades remotas propostas e 5% das escolas nenhum professor

quis aderir a metodologia proposta. Ressalta-se que todos os professores que estão ativos no município são concursados, pois por questões de cortes de despesas, todos os 153 professores contratados foram demitidos.

Um fator que gera preocupação por parte dos professores da EJA, é a dificuldade que as aulas remotas estão tendo em contemplar todo alunado no município. Os alunos adolescentes e alguns adultos as professoras relatam ser um pouco mais fácil esse contato, porém os alguns alunos adultos em processo de inicial de alfabetização e os idosos em sua totalidade, torna-se impossível o acesso por redes sociais e aplicativos de mensagens.

De acordo com a coordenadora da EJA no município, cerca de 40% dos alunos da cidade estão sendo atendidos com a proposta online. Turmas presenciais de 38 a 40 alunos tem participação online nesse período entre 10 e 20 alunos no máximo. Já a professora atuante na zona rural, nos diz que, as atividades para a EJA na zona rural torna-se inviável, nenhum professor da EJA na zona rural tem tido oportunidade de aulas online, pela dificuldade de acesso, pois, a maioria dos seus alunos está em processo inicial de alfabetização e letramento, o que impossibilita totalmente a aplicação do ensino remoto.

O Conselho Municipal de Educação de Itapetinga tem cobrado da secretaria de educação medidas que venham normatizar e adequar a proposta de ensino remoto à realidade do município. Em reunião dia 25 de junho de 2020 entre conselho municipal, estadual e secretaria de educação mais uma vez o município não apresentou nenhuma proposta. Na alegação que o município não tem verbas para investir em plataformas de ensino e conseguir promover a inclusão de todos seus alunos, tem sido cobrado também aperfeiçoamento e capacitação dos professores para mediação do conhecimento com eficácia e eficiência.

Embora em situações emergenciais a LBD permita a realização de atividades à distância, e essas legalmente podem ser aproveitadas para o cumprimento dos 200 dias do ano letivo de acordo com a medida Provisória 934/2020 que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública. Uma das preocupações é a limitação que os alunos da rede pública possuem para o acesso à internet e aos dispositivos tecnológicos necessários para usar as redes sociais e plataformas de ensino, gerando assim um aumento da desigualdade social.

Não obstante, mesmo que o conteúdo das aulas remotas no município, venha ser em algum momento ofertado através de plataforma digital com videoaulas; aquisição de materiais didáticos; orientação de leituras e atividades, a maioria dos alunos, especialmente

os alunos da EJA e do campo, não terão como acompanhar o desenvolvimento de atividades, prejudicando todo processo de aprendizagem e a camada mais vulnerável da população.

Além de “abrupto”, o ensino remoto vem desconsiderar todas as especificidades e demandas da EJA bem como, de seus sujeitos, ainda mais se esse ensino, esteja sendo transmitido nas extremidades como vem acontecendo no município de Itapetinga, tornando-se ainda mais precária a Educação de jovens e adultos. Além do mais, pensar em substituir o ensino presencial, mesmo que em tempos de pandemia é preciso primeiramente capacitar os profissionais de educação com especificidade para tal função, e depois construir alternativas elaboradas para o ensino EaD e/ou remoto.

Por fim, o grande desafio da Educação hoje é conseguir ver todas as esferas marginalizadas e excluídas da sociedade, incluídas em relações que se promova a igualdade e emancipação social e pessoal por meio da aprendizagem. A educação ela precisa ser igualitária, emancipadora e não um processo incipiente e excludente.

PORTO SEGURO

O município de Porto Seguro está localizado na Costa do Descobrimento, região do Extremo Sul do Estado da Bahia, a uma distância de 720 km da capital Salvador. De acordo com o censo demográfico parcial do IBGE-cidades (2019), o município possui uma população estimada em cerca de 148.686 habitantes.

O funcionamento da EJA no município de Porto Seguro encontra-se amparado pela Resolução do CME nº 71/2015, que define as diretrizes para o Ensino Fundamental para este segmento. Embora essa legislação já esteja em vigor desde o ano de 2015, ainda não se verifica condições significativas para o bom funcionamento deste campo da educação, tendo em vista a ausência de elaboração e articulação de uma proposta pedagógica que reconheça as especificidades dos sujeitos da EJA, questão que fica ainda mais evidente no contexto da pandemia de Covid-19.

Mediante a crise mundial instaurada na saúde, em razão do surto de contágio humano causada pelo Coronavírus e na tentativa de conter o avanço da infecção no município, em 16 de março de 2020 foi publicado no Diário Oficial de Porto Seguro, o Decreto N.º 10.672/2020, o qual dispõe sobre as medidas de enfrentamento da Situação de Emergência de Saúde pública de Importância Internacional decorrente do novo Coronavírus (Covid-19). “O decreto, no âmbito educacional, suspende as aulas, em todas as unidades de ensino, por trinta dias, antecipando férias e recesso escolar” (SEDUC,2020,

p.3). Após término deste período e com o crescente número de casos de infectados pelo vírus, a prefeita de Porto Seguro, publicou em dia 13 de abril, publicou o decreto 10.729/2020, definindo novas medidas de enfrentamento ao Coronavírus, dentre elas a prorrogação da suspensão das aulas, até o dia 30 de abril do ano corrente.

Diante da realidade que se apresenta no contexto da pandemia e buscando atender e garantir o direito dos estudantes a aprendizagem, bem como constituir vínculos com estudantes/famílias/profissionais da educação e “complementar a carga horária comprometida pela interrupção das aulas no período em que for necessário o distanciamento social” (SEDUC, 2020, p. 01), a Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro, através de seu setor pedagógico elaborou uma versão preliminar do Projeto Emergencial de Educação em Tempos de Pandemia, com intuito de atender os estudantes matriculados na rede municipal de ensino com “aulas não presenciais, em caráter emergencial, utilizando diversos meios tecnológicos elaboração de calendário de ano contínuo para iniciar as atividades pedagógicas somente após o fim da pandemia, com ou sem jornada ampliada” (SEDUC, 2020, p. 02).

A partir da elaboração do projeto emergencial, o setor pedagógico da SEDUC realizou uma pesquisa com 76 gestores escolares e 676 professores da rede, com o objetivo de verificar as reais possibilidades de implementação e desenvolvimento de atividades não presenciais com mediação tecnológica.

Verificou-se junto aos gestores/as questões relacionadas ao acesso à internet na escola; onde constatou-se que 81% das escolas possui serviço de internet, contudo, 64% destas possuem apenas 20 megabytes. Os dados coletados inicialmente indicam para impossibilidade de desenvolvimento de atividades docentes online, por conta da baixa velocidade da internet disponível nas unidades de ensino. A pesquisa revelou ainda “menos da metade das Unidades Escolares possuem computadores para uso dos/as docentes (48,1%); e que 67% das escolas disponibilizam apenas de 01 computador para todos os/as docentes”. (SEDUC, 2020 p. 35).

Quanto a disponibilidade de equipamentos de informática para uso nas aulas, a pesquisa revelou que em 81% das unidades escolares não possuem os aparelhamentos necessários, e somente 3% tem sala de multimeios, mas em condições de funcionamento inadequadas.

No que diz respeito à disponibilidade materiais de higiene para uso dos docentes e demais servidores, verificou-se que 50,6% das escolas possui condições de comprar com recurso próprios e 49,4% não dispõem de recursos para aquisição.

Tratando-se da comunicação da escola com os pais/mães e /ou responsáveis através de telefones, grupos de WhatsApp, dentre outras redes sociais 50% asseguram que possui contato com facilidade; na última questão voltadas para os gestores questionou-se aceitação do retorno das aulas por mediação tecnológica; os resultados apontam que 84% dos gestores são a favoráveis ao retorno na condição remota.

Na pesquisa realizada com os docentes os resultados apontaram para ausência de domínio dos meios tecnológicos, sendo que 55% asseguram não possui domínio básicos com a informática; 44% não possuem computador em casa, 66% só teriam condições de ministrar as aulas remotas se houvesse formação para tal e 61% não tem internet suficiente para realizar o trabalho de casa. Na questão quanto ao retorno das atividades docentes, através de Projetos Educativos Emergenciais, a estratégia considerada mais viável foi atividades impressas enviadas para casa.”

A SEDUC questionou aos docentes se preferiam aguardar a pandemia passar ou fazer aulas remotas, 65% responderam que são favoráveis ao retorno com as aulas remotas. A pesquisa também apontou que 50,8% dos docentes do município encontram-se no grupo de risco da Covid-19, acometidos por diversas doenças crônicas, como diabetes, hipertensão, obesidade e problemas cardíacos dentre outros.

Após o resultado da pesquisa, foi encaminhado aos gestores uma versão preliminar do projeto para que esses fizessem um parecer analítico. No parecer elaborado a EJA foi observada, atentamente considerando que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos em processo de alfabetização, 1º Segmento, 1ª, 2ª, 3ª, etapas, correspondentes ao 1º ano, 2º/3º e 4º/5º anos do Ensino fundamental, cujo a escola tem seis turmas, pois além dos mesmos estarem em processo de aprendizagem de leitura e escrita muitos são adultos e idosos e relatam suas e dificuldades de lidar com tecnologia e a não autonomia de fazer as atividades sem mediação do professor. O que nesta pandemia tornou mais evidente a invisibilidade social e a exclusão tecnológicas vivenciada por estes sujeitos.

Quanto aos estudantes do 2º segmento etapas IV e V que correspondem ao 6º e 7º e 8º e 9º anos do Ensino fundamental, preocupação não é diferente. Apesar de ser composta por um público mais jovem e com mais acesso à tecnologia, a maioria não possui computadores em casa, os que possuem celulares não tem internet móvel, sendo que, muitos deles estão desempregados, pois, atuavam como trabalhadores do turismo, do comércio ou vendedores ambulantes. Com orientação de isolamento social pelos órgãos de saúde nacionais e internacionais, o município que tem grande parte de sua economia baseada na atividade turística e comercial, tem enfrentado uma crise com fechamento do

aeroporto, da rodoviária, de hotéis, pousadas, bares e restaurantes, bem como de outros setores empregatícios na cidade.

O desemprego tem refletido, não somente na economia local, mas também na educação, porque os estudantes desempregados, estão tendo que fazer uma escolha comprar alimentos para seus familiares com o dinheiro da ajuda emergencial que vem recebendo do governo federal ou pagar internet, para acessar conteúdos escolares.

Outro aspecto revelado nestes tempos pandêmicos é o alto índices de solicitação de transferências escolares, pelos/as educandos/as do município, para outras cidades, estados, ou para o campo, ocasionando as unidades escolares a perda de estudantes e o esvaziamento das turmas da EJA. Mediante a atual conjuntura muitos destes não retornarão à escola no corrente ano.

Após adensar os pareceres das 103 escolas da rede pública municipal o setor pedagógico reestruturou a versão final e encaminhou o projeto ao CE-Conselho Municipal de Educação de Porto Seguro/Ba, que depois de análise não o aprovou, entretanto o referido órgão, não emitiu nenhuma nota explicativa a comunidade justificando as razões da não aprovação do projeto, ficando essa responsabilidade para os gestores escolares. Faz-se necessário, entretanto, que a educação municipal possibilite nesse longo desse período de distanciamento social, alguma forma de atendimento aos jovens adultos e idosos, para que estes possam continuar seu processo educativo.

As orientações didáticas, pedagógicas elaboradas, para cada etapa da EJA, pelo Setor Pedagógico da Secretaria de Educação evidenciam uma preocupação de viabilizar algumas ações para que os estudantes mantenham o vínculo com a instituição escolar e de continuidade no seu processo de aprendizagem ao longo da vida:

Criação de oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do/a educando/a, seus interesses, condições de vida e de trabalho, a partir de cursos com mediação pedagógica para os mais jovens e, prioritariamente, orientações de estudo, módulos impressos e avaliações domiciliares para aqueles que não têm acesso a suportes tecnológicos; Flexibilização, tanto de currículo quanto de tempo e espaço, para que sejam ministrados, em forma de aula e orientações didáticas, apenas os conhecimentos considerados imprescindíveis para cada etapa; Atenção especial e individual às diferentes necessidades dos/as estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas e autoexplicativas; Motivação e orientação permanente dos/das estudantes, visando maior participação das atividades e seu melhor aproveitamento e desempenho (seja por carta, telefone, áudios em *WhatsApp*, serviços de comunicação, etc.) (SEDUC, 2020, p. 42).

Diante da realidade apresentada, vislumbra-se mais um grande desafio no campo da EJA para o município. Nota-se que as ações planejadas no projeto emergencial dão ênfase

para o atendimento aos estudantes mais jovens, como enfatizado na proposta quando sinaliza a oferta de “cursos com mediação pedagógica para os mais jovens e, prioritariamente, orientações de estudo, módulos impressos e avaliações domiciliares para aqueles que não têm acesso a suportes tecnológicos” (SEDUC, 2020, p. 42).

Na primeira perspectiva os idosos são estão excluídos do processo, porque além de não possuírem as habilidades para lidar com a tecnologia muitos estão em condições de risco para Covid-19, moram sozinhos ou em companhia de netos menores, o que dificulta o acesso a unidade escolar para pegar as atividades. Assim, considerar-se que a pandemia tem acentuado as desigualdades, a segregação social e educacional imposta aos estudantes da EJA, sujeitos marcados historicamente no Brasil por desrespeito, marginalização, dicotomias e principalmente negação a educação ao longo da vida enquanto um direito legalmente constituído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como adscrito no texto, as marcas da EJA encontram-se ainda mais evidentes no cenário da crise sanitária que o mundo atravessa. Nos três municípios analisados, observamos que os desafios que se apresentam convergem para a fragilidade que essa área da educação já possui em sua trajetória constitutiva.

Há um conjunto de elementos que não podem ser desvinculados do contexto onde estão situados os sujeitos da EJA: a pouca escolarização, o desemprego ou as condições de subemprego ou empregos informais, as desigualdades sociais e educacionais, acesso restrito e pouca intimidade com as tecnologias entre outros elementos compõe um cenário que se encontra ainda mais agravado no contexto da pandemia.

Como evidenciado na análise dos três municípios que apresentamos, as condições para o funcionamento da EJA encontram-se comprometidas por questões políticas e pedagógicas. A suspensão das aulas presenciais se apresenta, portanto, como um grande desafio para esta área da educação, uma vez que além da ausência uma proposta sistematizada e efetiva por parte dos municípios, limitações de outras naturezas incidem diretamente sobre os sujeitos da modalidade.

Neste momento, onde chegamos ao sexto mês de suspensão das aulas presenciais no país, é imprescindível estabelecer mecanismos que, no mínimo, possam manter o vínculo entre estudante e a escola, evitando que no futuro retorno a evasão escolar, que já é um grande dilema da EJA, possa ser minimizado.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Perfil dos Territórios de Identidade /Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Salvador: SEI, 2015. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v.2). Disponível em:<http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284>. Acesso em: 25/06/2020.

BAHIA. **Conselho Estadual de Educação (CEE)**. Resolução n.27. Estabelece as medidas temporárias para o enfrentamento de Emergência em Saúde Pública. Disponível em:<www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/homologadares272020.pdf>. Acesso em: 20/06/2020.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Censo Escolar 2019, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed)**. Nota técnica nº 20, de 21 de novembro de 2014. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 23/05/2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação **Portaria N.º 343**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=88631>>. Acesso em: 19/06/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é educação a distância?** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestoresda-educacao-basica/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia>>. Acesso em: 23/05/2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CP N° 5/2020 sobre a Reorganização do Calendário Escolar, dispõe sobre a reorganização do Calendário Escolar em razão da Pandemia da COVID-19**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20/05/2020.

BRASIL. **Medida Provisória N° 934/2020**. Normas excepcionais sobre a duração do ano letivo 2020. Disponível em:<www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141349>. Acesso em: 10/05/2020.

BOM JESUS DA LAPA. Prefeitura Municipal. Lei N° 472 de 19 de junho de 2015. **Dispõe sobre Plano Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa.** Disponível em:<<http://bomjesusdalapa.ba.gov.br/arquivos/publicacoes/092754201920121.pdf>>. Acesso em: 23/05/2020.

BOM JESUS DA LAPA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa (SEMED). **Dados sobre a Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em:<http://www.bomjesusdalapa.ba.gov.br/secretarias/secretaria_municipal_de_educacao-2>. Acesso em: 23/05/2020.

CELESTINO, S. **Sul da Bahia perplexo.** A Tarde, Salvador, ano 94, n. 31, p. 13, junho 2006.

DA CRUZ, Neilton Castro. **Um estudo sobre casos de trajetórias ininterruptas de estudantes da EJA no Ensino Fundamental.** (Dissertação de Mestrado - Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos da UFMG). Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Escolar da Educação Básica.** Disponível em:<<https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1185-censo-escolar-educacao-basica.html>>. Acesso em: 04/06/2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **História de Porto Seguro.** Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 28/06/2020.

GONÇALVES, Edneia. **Os desafios para a Educação em 2020.** Disponível em:<<https://educacaointegral.org.br/reportagens/desafios-para-educacao-em-2020/>>. Acesso em: 25/06/2020.

MENEZES, Monica C. de. **As condições de trabalho na lavoura cacauieira: Uma análise das relações sociais de produção.** (Trabalho de Conclusão de Curso de em Administração). Teixeira de Freitas: DEDC/UNEB-CAMPUS-X, 2014.

PORTO SEGURO. Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro. **CME nº 71/2015.** Disponível em:<<http://www.diariooficial.org.br/sites/Municipios/contasPublicasCategoriaSitesExternos.cfm?varCodigo=621&cbAno=2016>>. Acesso em: 23/05/2020.

PORTO SEGURO. Prefeitura Municipal. **Decreto N.º 10.672/2020.** Disponível em:<https://midia.clic101.com.br/admin/midia/2020_03_16/200316182333-j.pdf>. Acesso em: 23/05/2020.

PORTO SEGURO. Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro. **Projeto Emergencial de Educação em Tempos de Pandemia.** Porto Seguro: 2020.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Laboratório de Dados Educacionais**. Disponível em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>>. Acesso em: 19/06/2020.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco após a COVID-19**. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>>. Acesso em: 19/06/2020.

VEIGA, I. P. A. **Na sala de aula: o estudo dirigido**. In: VEIGA, I. P. A. (org). *Técnicas de ensino: por que não?* 21. ed. Campinas: Papirus, 2011.

ⁱ Doutor em Educação (FAE/UFMG). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). adenilsoncunha@uesb.edu.br

ⁱⁱ Doutora em Educação (UFSCAR). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). kmateus@ues.edu.br

ⁱⁱⁱ Mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). leidemp@hotmail.com

^{iv} Mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). cmenezes77@hotmail.com

^v Mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). solbalisa@hotmail.com